

EDITORIAL

A avaliação da produção intelectual em programas de pós-graduação: uma pauta em debate

Cássia Ferri^IGabriela Medeiros Nogueira^{II}<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.106.7006>

Introdução

O anúncio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), nos últimos dois anos, sobre a mudança na avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação tem gerado dúvidas e impulsionado o debate acerca da eficácia dos sistemas utilizados até então e da necessidade de promover uma avaliação mais qualitativa e contextualizada. O professor Ângelo Ricardo de Souza¹, coordenador da área de Educação na Capes desde 2023, em entrevista concedida para este editorial, apresentou aspectos relevantes a serem refletidos sobre as mudanças em curso, suas implicações para os programas de pós-graduação e, por consequência, para os periódicos científicos.

Um dos pontos centrais discutidos se refere à necessidade de reformular o modelo de avaliação da produção intelectual, o qual, historicamente, tem privilegiado indicadores quantitativos. Segundo o professor Ângelo, há um movimento consolidado na comunidade acadêmica e no Conselho Técnico-Científico da Capes para incorporar mecanismos de análise qualitativa, a fim de equilibrar ou reduzir a preponderância de métricas numéricas. Essa mudança visa, sobretudo, valorizar a qualidade da produção, considerando os seguintes aspectos: a relevância temática, o impacto na comunidade acadêmica e a leitura efetiva dos

^I Universidade Regional de Blumenau (FURB). Blumenau, Santa Catarina, Brasil. *E-mail*: <cferri@furb.br>; <<https://orcid.org/0000-0003-2774-9655>>. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

^{II} Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. *E-mail*: <gabynogueira@me.com>; <<https://orcid.org/0000-0002-6985-064X>>. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

¹ Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

artigos, contrapondo-se ao volume excessivo de publicações que, muitas vezes, caem em ostracismo, sem demonstrarem o alcance desejado para a produção intelectual.

No contexto da avaliação da pós-graduação, foi criado o *Qualis*, sistema de avaliação de periódicos científicos usado no Brasil, gerido pela Capes por meio da Plataforma Sucupira, com o propósito de classificar a qualidade das revistas científicas e que, até recentemente, utilizava uma lista pública e padronizada de classificação de periódicos. A partir do ciclo avaliativo 2025-2028, a Capes anunciou o encerramento do *Qualis* como lista unificada, conferindo maior autonomia às áreas para definirem seus próprios critérios de avaliação. Essa mudança reflete uma tentativa de alinhar a avaliação às especificidades de cada campo do conhecimento, particularmente nas Humanidades, em que as métricas bibliométricas tradicionais apresentam limitações. A proposta, portanto, é colocar o foco da avaliação no artigo, e não no periódico em si.

Para os editores de periódicos, essas mudanças representam, por um lado, desafios e, por outro, oportunidades. A qualidade do periódico, que depende de uma rigorosa seleção de conteúdos relevantes e de estratégias eficazes de difusão, torna-se ainda mais crucial. A visibilidade em bases indexadoras, o uso de redes sociais e a adoção de boas práticas de avaliação por pares são elementos essenciais para garantir o reconhecimento e o impacto dos trabalhos publicados.

Em suma, o cenário atual demanda uma reflexão profunda sobre os critérios de avaliação e a valorização da produção acadêmica. A busca por qualidade, relevância e disseminação efetiva do conhecimento deve prevalecer sobre a contagem de publicações ou as métricas quantitativas. Assim, a avaliação contextualizada e qualitativa, aliada a estratégias de divulgação e indexação, será fundamental para fortalecer a pesquisa na área de Educação e contribuir para o avanço do conhecimento de forma ética e sustentável.

Para melhor entendermos o que vem sendo anunciado pela Capes, realizamos entrevista remota com o professor Ângelo, no dia 20 de maio de 2025, a qual foi organizada em seis eixos/perguntas, previamente enviadas a ele, relacionadas ao tema “mudanças na avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação”. A entrevista transcorreu em forma de conversa, com duração de, aproximadamente, uma hora; posteriormente, foi transcrita e algumas partes foram incorporadas a este editorial.

Apresentamos a seguir a entrevista e, ao final, tecemos algumas reflexões acerca das considerações do professor Ângelo.

Entrevista

Cássia e Gabriela (C. G.): Quais foram as motivações para a mudança na sistemática de avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação?

Professor Ângelo (P. A.): Tem sido debatida, tanto pela comunidade acadêmica quanto, em particular, pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da Capes, a necessidade de se promoverem modificações no processo de avaliação. Tais alterações visam, primordialmente, à inclusão de mecanismos de análise qualitativa, buscando um equilíbrio ou, ao menos, uma redução da preponderância dos instrumentos de análise quantitativa.

Historicamente, em algumas das 50 áreas avaliativas, observou-se uma forte predominância, eventualmente um controle quase exclusivo, da avaliação por meio de indicadores quantitativos. O CTC-ES tem enfatizado a relevância de incorporar outros dispositivos avaliativos. Nesse ponto específico, destaca-se a necessidade de se avaliar a produção intelectual de egressos, discentes e docentes de maneira mais qualitativa.

É inegável o vasto volume de produção gerado ao longo do quadriênio. Atualmente, a área da Educação, por exemplo, conta com 202 programas de pós-graduação e aproximadamente 5 mil docentes que orientam entre 25 e 30 mil discentes. Em decorrência disso, a produção acadêmica alcança números muito significativos.

Contudo, o modelo de avaliação historicamente adotado tem induzido a uma quantidade desmedida de produção. Embora a área da Educação tenha estabelecido, desde 2013, que não avaliaria a totalidade da produção, persiste a prática de se gerar um volume excessivo de trabalhos que, muitas vezes, não encontram leitores. Esse cenário é particularmente preocupante: a dedicação à escrita sem a expectativa de leitura. A finalidade da escrita reside intrinsecamente em sua recepção. A produção de quatro, cinco ou até dez livros, ou cinquenta a sessenta artigos em um quadriênio – práticas por vezes observadas – levanta questionamentos sobre a real capacidade de absorção e leitura dessas obras. Na área da Educação, questiona-se veementemente a leitura efetiva de tal volume.

C. G.: Qual a relação entre o *Qualis* Sucupira e a avaliação da pós-graduação?

P. A.: É crucial compreender que a avaliação da pós-graduação pela Capes não foca a produção em si. A Capes não avalia periódicos, livros, eventos, produções artísticas, técnicas ou tecnológicas isoladamente; na verdade, avalia programas de pós-graduação.

Essas produções são consideradas porque são vistas como expressões do trabalho desenvolvido nos programas. Portanto, um ponto fundamental para editores de periódicos é que o *Qualis* não é uma avaliação dos periódicos em si. Não há interesse em determinar qual é o “melhor” periódico. Isso não é relevante para a avaliação da pós-graduação.

A avaliação do periódico ocorre porque, historicamente, não havia outros métodos para avaliar o produto, o artigo, de forma individual e externa. Embora seja questionável a necessidade dessa avaliação individual, a Capes e outras instituições sempre a consideraram essencial. Assim, o periódico era avaliado sob a premissa de que bons periódicos publicam bons artigos, ou seja, aqueles que passaram por um rigoroso processo de avaliação por pares e, portanto, demonstram qualidade, inovação e contribuição para o avanço do conhecimento.

A lógica é que, ao avaliar a qualidade do periódico, essa qualidade é transferida ao artigo. No entanto, na prática, a realidade é mais complexa. Esse cenário é mais um ideal do que uma representação fidedigna do mundo real. Existem excelentes periódicos que publicam artigos que não são tão bons; e há excelentes artigos publicados em periódicos com menor avaliação.

Naturalmente, esse sistema, por representar uma avaliação com consequências, induziu as pessoas a direcionarem seus artigos para periódicos com maior *Qualis*, influenciando as escolhas dos pesquisadores.

A avaliação de artigos científicos em periódicos, sob a égide do sistema *Qualis*, tem sido objeto de significativas transformações. No ciclo avaliativo anterior (2017-2020), implementou-se o *Qualis* Referência, também conhecido como *Qualis* Único, marcando uma mudança substancial em relação ao modelo precedente a 2017.

Anteriormente, cada área do conhecimento definia seu próprio *Qualis* para os periódicos, o que resultava no fato de uma mesma publicação possuir diferentes classificações em diversas áreas (por exemplo, um periódico poderia ser A2 em uma área e B4 em outra). Essa disparidade gerava problemas, inclusive de ordem judicial, especialmente em concursos públicos que utilizavam o *Qualis* como critério, extrapolando sua função original na avaliação da pós-graduação.

Diante desse cenário, o ciclo avaliativo passado (2021-2024) tentou criar uma metodologia para que cada periódico recebesse uma classificação única, que seria atribuída pela área responsável pela maior parte dos artigos publicados naquela revista durante o quadriênio, denominada “área mãe”. Por exemplo, a Educação é a área mãe para 1.226 dos 27 mil periódicos listados na Capes neste ano, e a classificação atribuída por nós tem validade universal. É importante ressaltar que as áreas podem glosar a produção, ou seja, desconsiderar artigos de periódicos cujas temáticas são alheias à sua área de atuação (um artigo em um periódico de Química, mesmo que A1, seria desconsiderado para um programa de Educação, por exemplo).

Apesar de o *Qualis* Referência ter representado um avanço ao unificar a classificação, ele também gerou novos desafios. O *Qualis*, que antes era uma referência, embora com problemas, passou a ser visto como um instrumento com mais inconvenientes do que virtudes. Atualmente, com o crescimento da análise qualitativa e a disponibilidade de outras métricas, a manutenção de uma avaliação total da produção por meio do *Qualis* tornou-se desnecessária e problemática.

Por essa razão, em outubro do ano passado, a Capes decidiu que não haveria um novo *Qualis* no ciclo avaliativo 2025-2028, com avaliação em 2029. Isso não significa que artigos ou periódicos deixarão de ser avaliados. O “fim do *Qualis*” representa o encerramento da publicação de uma lista pública e padronizada de avaliação de periódicos. Cada área, a partir de então, terá maior liberdade e autonomia para avaliar seus próprios artigos, utilizando critérios mais alinhados às suas especificidades.

C. G.: O *Qualis* Referência não funcionava para essa avaliação mais qualitativa?

P. A.: A questão da “área mãe” no sistema *Qualis*, embora relevante para a classificação dos periódicos, é distinta da validação da produção acadêmica para um programa de pós-graduação específico.

A área mãe é definida como a disciplina que mais publicou artigos em um determinado periódico ao longo de um quadriênio avaliativo. Sua função principal é atribuir a classificação *Qualis* a esse periódico, uma classificação que, no modelo do *Qualis* Referência (ou *Qualis* Único), passava a valer para todas as outras áreas que utilizassem tal periódico.

Por exemplo, a Educação é a área mãe de um grande número de periódicos, conforme dito anteriormente (1.226 dos 27.000 listados pela Capes), porque a maior parte dos artigos publicados nessas revistas é de autoria de pesquisadores da Educação. No entanto, ser de determinada área mãe não significa que o periódico “pertença” exclusivamente àquela área. Há casos em que a Educação é a área mãe de periódicos de outras disciplinas (como “Escritos Luteranos”, da área de Ciências da Religião) simplesmente porque se publicou neles um número ligeiramente maior de artigos no quadriênio, mesmo havendo uma representatividade

menor de programas. Nesses casos, busca-se a colaboração da área de origem para definir a classificação adequada do periódico.

Existe também o conceito de “área irmã”, o que ocorre quando uma área não é a área mãe, mas tem uma participação significativa na publicação de artigos em um periódico, o que a habilita a influenciar a definição do *Qualis* juntamente com a área mãe.

A questão levantada sobre a aceitação de publicações em programas de doutorado, em que apenas as publicações em periódicos da “área mãe” da Educação seriam consideradas válidas, é uma interpretação equivocada do papel da área mãe. A validação de um produto intelectual (artigo, livro, capítulo etc.) para um programa de pós-graduação não depende da área mãe do periódico, mas sim do conteúdo da produção.

O critério para inclusão da produção consiste em verificar se o material versa sobre educação. Por exemplo, um artigo publicado na *Revista Brasileira de História* (cuja área mãe é História), mas que trata da “história da educação indígena no século 19 no Rio Grande do Sul”, seria validado para um programa de Educação, pois seu tema é diretamente relacionado a essa área.

Para determinar a pertinência de um produto à área, são analisados o título e, se necessário, o resumo ou outros elementos que indiquem o foco em educação, ensino ou formação humana em suas diversas dimensões (fundamentos, história, didática, sujeitos, processos, organização, política etc.). A publicação em um periódico historicamente ligado à área de Educação serve como um fator de confirmação, caso haja dúvida sobre o conteúdo. No entanto, artigos cujo conteúdo claramente não se relaciona à educação – como “a ação da enzima X no músculo Y” – são glosados (desconsiderados), independentemente do *Qualis* ou da área mãe do periódico em que foram publicados.

Em suma, a estratégia da área mãe foi uma ferramenta da Capes para centralizar a atribuição do *Qualis* aos periódicos. Entretanto, a avaliação da produção individual para os programas de pós-graduação baseia-se na relevância da temática e na contribuição para a área de conhecimento do programa, e não na classificação de área mãe do veículo de publicação. Contudo, com a extinção do *Qualis* Periódico, ficam também extintos os conceitos de área mãe e irmã.

C. G.: E como funcionará daqui para frente?

P. A.: A principal mudança na avaliação da produção acadêmica, especificamente de artigos em periódicos, é o fim da publicação de uma classificação *Qualis* padronizada e pública. Essa lista, que historicamente vem ranqueando os periódicos, deixará de existir. Em substituição a esse modelo, a avaliação dos artigos será realizada por meio de até três estratégias ou procedimentos distintos, com cada área de avaliação tendo autonomia para adotar uma, duas ou todas elas:

- a) Avaliação do periódico por indicador bibliométrico (o atual *Qualis*): Esse procedimento é a continuidade do que já é feito hoje. Basicamente, a qualidade do periódico ainda será observada por meio de indicadores bibliométricos.
- b) Classificação do artigo por critérios qualitativos do periódico (fase de ajuste do *Qualis*): Esse método ainda se insere na lógica do *Qualis*, mas permite um refinamento da classificação do artigo com base em critérios qualitativos atrelados ao periódico.

- c) Análise qualitativa de artigos: Esse é um procedimento novo para a maioria das áreas e não pode ser feito em larga escala. As áreas terão a liberdade de definir como aplicarão essa análise. Algumas podem solicitar que os programas indiquem um número limitado de artigos (por exemplo, cinco por docente) para leitura e análise de conteúdo aprofundada; outras podem optar por sortear artigos para essa análise.

No caso da Educação, serão utilizadas apenas as duas primeiras estratégias. Isso significa que a avaliação de artigos continuará a ser feita de maneira semelhante à atual, focando os dois primeiros procedimentos (o *Qualis* via indicadores bibliométricos e seus ajustes qualitativos), porém sem a existência de uma lista *Qualis* pública e unificada.

C. G.: Quais as diferenças entre o QR1 e o QR2?

P. A.: Atualmente, o processo de classificação *Qualis* oferece duas metodologias principais para as áreas de avaliação escolherem: o *Qualis* de Referência 1 (QR1) e o *Qualis* de Referência 2 (QR2). As Humanidades, incluindo nossa área, optam pelo QR2, em virtude de especificidades de indexação.

O QR1 opera com suporte em dados bibliométricos coletados de grandes bases de dados proprietárias, como Scopus e Web of Science. A principal métrica utilizada é o posicionamento percentil do periódico dentro do ranking de revistas da mesma área nessas bases, considerando as citações internas à própria base.

O universo para o cálculo do QR1 é o conjunto de revistas indexadas na base de dados específica (*Scopus*, *Web of Science*, entre outras). Para cada periódico, determina-se seu percentil no ranking de citações dentro de sua área na respectiva base. Esse percentil é diretamente convertido em uma classificação *Qualis*. Por exemplo, um periódico no percentil 50 seria classificado como A4. A correspondência é padronizada: os 12,5% superiores (percentil 100 a 87,5) são A1; os 12,5% seguintes (87,5 a 75) são A2; e assim sucessivamente.

Essa metodologia facilita para o autor identificar o *Qualis* de um periódico diretamente na base de dados, antes mesmo de submeter seu artigo.

Para as Humanidades, incluindo a nossa área, o QR1 é pouco aplicável, pois a maioria dos periódicos nos quais se publica não está indexada nas bases internacionais de grande alcance.

O QR2 foi a metodologia escolhida pelas áreas de Humanidades por se adequar melhor à realidade de suas publicações. Ele utiliza o índice h5 (Hirsch, 2005) para os cálculos bibliométricos.

Diferentemente do QR1, que tem um universo pré-definido pela base de dados, no QR2 o “universo” é construído e inclui:

- a) Todos os periódicos dos quais a área é “área mãe” (no nosso caso, 1.226).
- b) Todos os periódicos indexados no *Scopus* e *Web of Science* da área (que não sejam “área mãe” de outras áreas).
- c) Todos os periódicos da *SciELO Plus* e, possivelmente, do *Redalyc*.
- d) Todos os periódicos que se autodeclaram da área da Educação ao serem indexados em bases de dados.

Para a nossa área, esse universo atualmente compreende cerca de 5.000 periódicos. Para todos os periódicos desse universo, a Capes calcula o índice h5 via *Google Scholar*. Os periódicos são então ranqueados do maior para o menor índice h5.

Os periódicos são separados por idioma (português, inglês, entre outros) para ranqueamento individual, pois o impacto das citações varia significativamente entre idiomas. No caso dos periódicos em língua portuguesa, dado que a maioria não está indexada ao Scopus ou Web of Science, o ranking é estabelecido a partir da comparação de seus índices h5.

Com base nesse ranqueamento por h5 e idioma, a Capes fornece a cada comissão de área uma classificação inicial (o “empilhamento”), em que os periódicos são distribuídos percentualmente nos estratos *Qualis* (os 12,5% superiores são A1; os próximos 12,5% são A2; e assim sucessivamente até B4).

Após receber o “empilhamento” da Capes, a comissão da área realiza uma análise qualitativa para ajustar as classificações. Ressalta-se que essa comissão possui uma margem de ajuste:

- a) Pode alterar a classificação de 10% dos periódicos em até dois níveis (para cima ou para baixo). Por exemplo, um A3 pode se tornar A1 ou B1.
- b) Pode alterar a classificação de 20% adicionais dos periódicos em até um nível (para cima ou para baixo). Por exemplo, um A4 pode se tornar A3 ou B1.

Em resumo, enquanto o QR1 se apoia em bases de dados proprietárias e seus *rankings* internos, o QR2 constrói um universo mais amplo de periódicos e utiliza o h5 para ranqueamento, o que permite, posteriormente, um ajuste qualitativo significativo por parte da área avaliadora.

C. G.: Quais as consequências para os editores de periódicos com essas decisões?

P. A.: Um periódico de excelência se sustenta em duas premissas fundamentais: a rigorosa seleção de conteúdos relevantes e a eficaz disseminação desses materiais ao leitor. A ausência de qualquer um desses pilares compromete a qualidade da publicação.

Preocupa o cenário revelado pelo levantamento do índice h5 da Capes para periódicos em língua portuguesa. A existência de mais de 200 periódicos com índice h5 igual a zero nos últimos cinco anos é alarmante, indicando que o conteúdo publicado não foi lido ou citado. Esse dado levanta questões cruciais: a falta de leitura e citação decorre da má qualidade dos artigos ou da ausência de visibilidade da revista?

Em contrapartida, o foco excessivo em métricas, como o índice h5, pode levar a práticas antiéticas e artificiais. Solicitações para que autores citem artigos da própria revista em suas referências são problemáticas e desnecessárias, especialmente, com o novo desenho da avaliação da Capes.

O grande desafio do editor não reside apenas em produzir a revista, mas em garantir que ela seja conhecida e acessada. Frequentemente, editores, especialmente no início de suas carreiras, focam exclusivamente a seleção de bons materiais, negligenciando a estratégia de alcance. Similarmente, a publicação de livros, embora relevante, enfrenta obstáculos de circulação em razão da falta de repositórios, indexadores e mecanismos de busca que facilitem sua descoberta.

O editor deve, primordialmente, selecionar materiais de alta qualidade. Para isso, é imprescindível contar com: conselho científico robusto, essencial para a orientação e a validação da linha editorial; corpo de avaliadores (*ad hoc*) qualificado, que garanta a revisão por pares aprofundada e especializada; editores adjuntos e de seção/temáticos, cruciais para dividir o árduo trabalho de monitoramento e avaliação de um grande volume de artigos, principalmente em revistas mais generalistas, em que a expertise em todas as temáticas é inviável. Esses colaboradores garantem que a escolha de pareceristas seja adequada à especificidade de cada artigo. A construção de um periódico é um processo trabalhoso e, muitas vezes, ingrato, pois exige constante monitoramento de submissões.

A segunda função vital do editor é assegurar que os materiais cheguem ao leitor. Publicar para não ser lido é, em essência, um esforço infrutífero. Para ser lido, o periódico precisa de estratégias de difusão de conhecimento: a) a utilização de redes sociais e outras plataformas digitais é uma necessidade imperativa para alcançar o público onde ele estiver; e b) indexação em bases relevantes – a presença em bases indexadoras de qualidade é determinante para a visibilidade. É notável que bases como *Educ@* (para a área de Educação), *Redalyc* e *SciELO* sejam pontos de partida para revisões bibliográficas, mesmo antes de bases como *Web of Science* ou *Scopus* para alguns pesquisadores. A ausência em indexadores-chave pode comprometer seriamente a visibilidade, a exemplo de um periódico de 15 anos com potencial para ser A1, mas que não alcançou esse status por não estar no *Educ@*. Enquanto bases como *Latindex* são importantes, sua natureza de autoinscrição limita a visibilidade efetiva.

O objetivo do editor deve ser a seleção de bons materiais e sua efetiva chegada aos leitores. O índice h5 ou qualquer outro reconhecimento virá como consequência natural da qualidade e da visibilidade. Assim como programas de pós-graduação devem focar a qualidade para alcançarem uma boa nota, os periódicos devem priorizar a excelência e a disseminação para obterem reconhecimento e leitores.

Considerações finais: algumas reflexões

A avaliação da produção na pós-graduação é um tema em constante debate e que não se esgota neste texto. Trata-se de um assunto complexo, o qual exige cuidado nas escolhas e cautela nas decisões, a fim de que as mudanças realizadas sejam de fato significativas, sem promover o mais do mesmo ou ir de encontro aos interesses da pós-graduação em Educação.

Alguns indicativos são anunciados na entrevista, todavia sem a possibilidade de identificar os impactos da avaliação da produção intelectual para os programas de pós-graduação e para os periódicos, a partir de 2025, uma vez que o processo está em curso. A tentativa de fugir da métrica e da quantidade e de focar uma lógica em que a qualidade, a relevância para área e o impacto social sejam efetivamente valorizados, talvez se configure como um horizonte inatingível para a área. Contudo, o próprio conceito de qualidade precisa ser ponderado, pois está atrelado a contextos e condicionantes.

Ao que tudo indica, neste momento de transição de um modelo de avaliação da produção para outro, a área da Educação demonstra que ainda segue, de algum modo, ancorada nos indicadores bibliométricos do periódico em que o artigo foi publicado, mas a atenção se volta para o artigo, propriamente dito. Ou seja, conforme referido pelo professor Ângelo, a metodologia escolhida pelas áreas de Humanidades, por melhor se adequar à realidade de suas publicações, é o QR2, que utiliza o índice h5 para os cálculos bibliométricos.

Sendo assim, na perspectiva de que o diálogo possa ter continuidade, apresentam-se questões para mobilizar o debate: O fim do *Qualis* unificado e a autonomia das áreas para definirem seus critérios de avaliação levarão à valorização da qualidade sobre a quantidade ou apenas à transferência da pressão para outros indicadores e práticas? Tomando o argumento do Prof. Ângelo de que “a avaliação do periódico ocorre porque, historicamente, não havia outros métodos para avaliar o produto final, o artigo, de forma individual e externa” e que essa opção não é necessariamente útil à avaliação do PPG, é possível afirmar que avaliar os artigos individualmente teria mais valor para esse fim? Se o objetivo da avaliação é priorizar a relevância e o impacto social, como a Capes e os editores de periódicos podem, na prática, garantir que vozes dissonantes e perspectivas regionais, que nem sempre se encaixam em métricas tradicionais, sejam devidamente valorizadas no novo modelo de avaliação? Em relação aos responsáveis pelos periódicos, o grande desafio será como selecionar artigos qualificados e de amplo interesse da comunidade acadêmica e científica? De que modo promover a divulgação do artigo e do periódico como um todo, sem cair em um *marketing* desenfreado, intensificando a mercantilização da Ciência?

Considerando essas reflexões, entende-se a necessidade de estarmos atentos e observarmos se haverá impactos relevantes na avaliação dos programas de pós-graduação, bem como se o novo modelo responderá aos propósitos que motivaram as mudanças, seja na avaliação da produção intelectual dos programas, seja na qualidade dos artigos veiculados nos periódicos da área.

Por fim, cabe salientar que a transição do modelo de avaliação da produção intelectual induzido pela Capes representa um momento de mudança significativa para a pós-graduação brasileira, especialmente nas Humanidades. Ao buscar um equilíbrio entre o quantitativo e o qualitativo e ao conceder maior autonomia às áreas, a iniciativa visa fomentar uma produção acadêmica mais relevante e impactante. Os desafios são evidentes e as incertezas persistem, demandando constante monitoramento e reflexão para que as mudanças promovam a qualidade, a visibilidade e o avanço do conhecimento, sem negligenciar a diversidade e as especificidades de cada área.

Referências

ALVES, F. L. et al. Avaliação da pós-graduação em Educação: entrevista com Ângelo Ricardo de Souza (UFPR/Capes). *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 34, e09203, 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *Documento de Área: educação*. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/documentos-do-novo-ciclo-avaliativo-2025-2028>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação stricto sensu*. Brasília, DF: Capes, 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *Fichas de avaliação acadêmico e profissional: educação: referente ao quadriênio 2025-2028*,

área 38. Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/copy_of_EDUCACAO_FICHA_2025_2028.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *Avaliação Quadrienal: o que muda na classificação de artigos*. [Brasília, DF], 17 maio 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pr8eInu8BkE>. Acesso em: 6 jul. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *Capes apresenta regras da Avaliação Quadrienal 2025–2028*. [Brasília, DF], 6 maio 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tNru-lc8uxg>. Acesso em: 6 jul. 2025.

HIRSCH, J. E. An index to quantify an individual's scientific research output. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, [Washington, DC], v. 102, n. 46, p. 16569-16572, nov. 2005.

VERHINE, R. E.; DANTAS, L. M. V.; SOUZA, A. R. Indicadores qualitativos na avaliação da pós-graduação em educação. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 35, e10777, 2024.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).